

**LUIZ GUILHERME MARINONI**

# **O STJ**

**ENQUANTO CORTE DE PRECEDENTES**

Recompreensão do Sistema  
Processual da Corte Suprema

3ª edição revista, atualizada e ampliada

**THOMSON REUTERS**  
**REVISTA DOS**  
**TRIBUNAIS™**

Diretora Responsável

**MARISA HARMS**

*Diretora de Operações de Conteúdo*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Editores:* Aline Darcy Flôr de Souza, Andréia Regina Schneider Nunes, Cristiane Gonzalez Basile de Faria, Diego Garcia Mendonça, Iviê A. M. Loureiro Gomes, Luciana Feix e Marcella Pâmela da Costa Silva

*Assistentes Administrativos Editoriais:* Francisca Lucélia Carvalho de Sena e Juliana Camilo Menezes

*Produção, Qualidade Editorial e Revisão*

*Coordenação*

**LUCIANA VAZ CAMEIRA**

*Líder Técnica de Qualidade Editorial:* Maria Angélica Leite

*Analistas de Operações Editoriais:* André Furtado de Oliveira, Bryan Macedo Ferreira, Damares Regina Felício, Danielle Rondon Castro de Moraes, Felipe Augusto da Costa Souza, Felipe Jordão Magalhães, Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos, Maria Eduarda Silva Rocha, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra, Rafaella Araujo Akiyama, Thiago César Gonçalves de Souza e Thiago Rodrigo Rangel Vicentini

*Analistas Editoriais:* Daniela Medeiros Gonçalves Melo, Daniele de Andrade Vintecinco, Maria Cecília Andreo e Mayara Crispim Freitas

*Analistas de Qualidade Editorial:* Carina Xavier Silva, Claudia Helena Carvalho e Marcelo Ventura

*Estagiárias:* Angélica Andrade, Guilherme Monteiro dos Santos, Larissa Gonçalves de Moura, Miriam da Costa e Sthefany Moreira Barros

*Capa:* Chrisley Figueiredo

*Equipe de Conteúdo Digital*

*Coordenação*

**MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO**

*Analistas:* Ana Paula Cavalcanti, Bruna Carmo, Diogo Ferreira, Gabriela Lino, Luciano Guimarães, Renan Diniz, Rodrigo Araújo, Rodrigo Barcelos e Yasmim Andrade

*Administrativo e Produção Gráfica*

*Coordenação*

**CAIO HENRIQUE ANDRADE**

*Analista de Produção Gráfica:* Rafael da Costa Brito

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Marinoni, Luiz Guilherme

O STJ enquanto cortes de precedentes : recompreensão do sistema processual da corte suprema / Luiz Guilherme Marinoni. -- 3. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2017.

Bibliografia

ISBN: 978-85-203-7339-2

1. Brasil. Superior Tribunal de Justiça. I. Título.

17-05407

CDU-347.998:347.991(81)

---

**Índices para catálogo sistemático:** 1. Brasil : Superior Tribunal de Justiça : Direito processual 347.998:347.991(81)

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	21
------------------	----

### PARTE I O CONTROLE DA LEGALIDADE NA TRADIÇÃO DO *CIVIL LAW*

1. A TUTELA DA LEI IDEALIZADA PELA REVOLUÇÃO FRANCESA ....	29
1.1. Os valores da Revolução Francesa.....	29
1.2. O <i>Conseil des parties</i> na história do Tribunal de Cassação .....	31
1.3. O lugar do princípio da separação dos poderes .....	33
1.4. A proibição de o juiz interpretar a lei .....	33
2. O PRIMEIRO MODELO DE TRIBUNAL DE CASSAÇÃO .....	37
2.1. Meios de tutela da lei diante do poder judicial .....	37
2.2. Pressupostos do Tribunal de Cassação .....	38
2.3. O conceito de “ <i>contravention expresse au texte de la loi</i> ” .....	41
2.4. A não vinculação do Judiciário pelo Tribunal de Cassação: observância do princípio da separação dos poderes ou afirmação da liberdade de o juiz julgar e da submissão do juiz à lei? .....	42
2.5. A ausência de preocupação do primeiro modelo de Tribunal de Cassação em garantir a uniformidade da interpretação da lei.....	44
3. A TRANSFORMAÇÃO DO TRIBUNAL DE CASSAÇÃO .....	47
3.1. O resgate do poder judicial de interpretar a lei e a atenuação da rivalidade entre o Legislativo e o Judiciário.....	47
3.2. O abandono do conceito de “ <i>contravention expresse au texte de la loi</i> ” e a incorporação das ideias de “ <i>fausse interprétation</i> ” e de “ <i>fausse application de la loi</i> ” .....	48
3.3. O novo conteúdo da decisão cassacional.....	50
3.4. A influência da decisão de cassação sobre o juízo de reenvio .....	51

3.5.	A autoridade da decisão cassacional .....	51
3.6.	A Corte de Cassação passa a definir todas as questões de direito ..	53
3.7.	A Corte que deve zelar pela uniformidade da interpretação da lei	54
4.	PROJEÇÕES DA HISTÓRIA DA CASSAÇÃO SOBRE A REALIDADE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA .....	57
4.1.	O desenho de Calamandrei: análise crítica.....	57
4.2.	Do conceito de “ <i>contravention expresse au texte de la loi</i> ” à ideia de declaração do “sentido exato da lei”. A uniformidade da interpretação como meio de controle da legalidade .....	68
4.3.	Uma associação entre a história do temor de órgãos judiciais dotados de poder e a falta de autoridade das decisões das Cortes Supremas de <i>civil law</i> .....	71

## PARTE II

### O STJ ENQUANTO CORTE SUPREMA

1.	O PROBLEMA DA INTERPRETAÇÃO DA LEI.....	81
1.1.	Primeiras considerações .....	81
1.2.	Teorias formalistas .....	82
1.3.	Teorias céticas .....	83
1.4.	Teorias intermediárias.....	85
1.5.	A teoria da resposta correta .....	88
1.6.	Texto e significado .....	91
1.7.	As regras de conteúdo aberto .....	94
1.8.	A interpretação de acordo com a Constituição.....	96
1.9.	A racionalidade da decisão interpretativa. O papel da argumentação .....	99
1.10.	A universabilidade da decisão como garantia da sua racionalidade	105
1.11.	O STJ diante da questão da interpretação da lei.....	108
1.12.	Da Corte que define a exata interpretação da lei para a Corte que atribui sentido ao direito. Da <i>interpretação uniforme</i> como meio de controle à <i>autoridade</i> do direito como <i>tutela da igualdade</i> . Da Corte que controla à Corte que interpreta.....	111
2.	OBSTÁCULOS À CONFIGURAÇÃO DO STJ COMO CORTE SUPREMA	117
2.1.	O STJ de acordo com a Constituição Federal .....	117

2.2.	O requisito da “contrariedade à lei” .....	118
2.3.	O uso equivocado da técnica da divergência .....	120
2.4.	A suposição de que o Superior Tribunal de Justiça é uma mera Corte de Controle .....	121
2.5.	A ideia de que os juízes, por serem livres para decidir, não podem ser obrigados perante as decisões do Superior Tribunal de Justiça..	123
2.6.	O argumento de que o juiz é sujeito apenas à lei .....	128
2.7.	O princípio da separação dos poderes .....	130
3.	A FUNÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO DIREITO .....	133
3.1.	A velha dicotomia público-privado.....	133
3.2.	Da correção da aplicação da lei à função de atribuição de sentido e de desenvolvimento do direito .....	134
3.3.	A função de colaboração com o Legislativo.....	139
3.4.	A imprescindibilidade de superar a relação “corrigir a decisão – definir o sentido do direito” .....	141
3.5.	A necessidade de instituição de um filtro recursal ou de uma modalidade de “repercussão geral” .....	142
4.	A AUTORIDADE DOS PRECEDENTES.....	149
4.1.	A questão a ser considerada .....	149
4.2.	Os precedentes na ordem jurídica vinculante .....	149
4.3.	A decisão interpretativa do STJ como “reconstrução” que regula a vida social e guia a resolução dos casos conflitivos: a eficácia obrigatória do precedente como consequência .....	150
4.4.	A posição de vértice do STJ .....	153
4.5.	A função constitucional do STJ.....	154
5.	FUNDAMENTOS DOS PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS .....	157
5.1.	Primeiras considerações .....	157
5.2.	A realização da igualdade.....	157
5.3.	A imparcialidade .....	160
5.4.	A coerência do direito .....	161
5.5.	A segurança jurídica .....	163

**PARTE III**  
**LEITURA DO SISTEMA PROCESSUAL À LUZ DA FUNÇÃO**  
**CONTEMPORÂNEA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

1.	PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL ...	169
1.1.	Explicação prévia.....	169
1.2.	Recurso em face de decisão que contraria precedente .....	170
1.3.	Decisão que se baseia em precedente desgastado .....	171
1.4.	Precedente cuja questão de direito é objeto de nova concepção “geral” .....	173
1.5.	O problema do precedente equivocado .....	174
1.6.	Decisão que se baseia em precedente não aplicável ao caso .....	175
1.7.	Recurso especial em face de decisão que diverge de decisão de tribunal de apelação .....	175
1.8.	Recurso especial que trata de questão federal ainda não versada no STJ ou que ainda não abriu oportunidade a decisões divergentes ...	177
2.	O INTERESSE PÚBLICO NA DEFINIÇÃO DO SENTIDO DO DIREITO FEDERAL EM FACE DO INTERESSE DOS PRIVADOS E DE DETER- MINADOS REQUISITOS DO RECURSO ESPECIAL.....	179
2.1.	Primeiras considerações .....	179
2.2.	A questão da desistência do recurso. O caso exemplar do REsp 1.308.830/RS .....	179
2.3.	Atenuação do requisito do prequestionamento.....	182
2.4.	As formalidades recursais diante da função de desenvolvimento do direito .....	182
3.	PAUTAS PARA A IDENTIFICAÇÃO DE UM PRECEDENTE OU, MAIS PRECISAMENTE, DAS “RAZÕES DETERMINANTES” DA DECISÃO	185
3.1.	A questão .....	185
3.2.	“Razões determinantes” e “razões outras” ( <i>ratio decidendi e obiter dictum</i> ).....	186
3.3.	A delimitação dos fatos, fundamentos de direito, diretivas de inter- pretação e opções valorativas que dão conteúdo ao precedente ...	190
3.4.	Os fatos do precedente .....	192
3.5.	As teses jurídicas.....	193

3.6.	As diretivas de interpretação e opções valorativas .....	195
3.7.	A importância da exata consideração dos votos na formação do precedente .....	198
4.	EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA .....	203
4.1.	Os embargos de divergência na lógica da função de correção das decisões dos tribunais ordinários .....	203
4.2.	Os embargos de divergência na lógica de uma Corte de Precedentes .....	205
4.3.	A divergência entre as teses jurídicas e a semelhança entre os contextos .....	208
4.3.1.	A divergência entre as teses jurídicas .....	208
4.3.2.	A semelhança entre os contextos fáticos .....	209
4.3.3.	A discussão da tese jurídica no recurso especial: o julgamento do mérito .....	211
4.3.4.	Divergência entre teses de não admissibilidade do recurso especial .....	211
4.3.5.	Rejeição da divergência na decisão de não admissibilidade do recurso especial e reafirmação da divergência nos embargos .....	212
4.3.6.	A divergência diante do agravo interno .....	213
4.4.	Ônus de confrontação das teses jurídicas .....	213
4.5.	A discussão da divergência no colegiado .....	214
5.	RECURSO REPETITIVO .....	217
5.1.	Primeiras observações .....	217
5.2.	Função e fundamento do recurso repetitivo .....	218
5.3.	Adequada compreensão da questão de direito .....	219
5.4.	A delimitação da questão submetida a julgamento e o problema da decisão da questão em separado .....	220
5.5.	<i>Amicus curiae</i> .....	227
5.6.	Suspensão dos “processos pendentes” .....	231
5.7.	Suspensão da execução das sentenças transitadas em julgado? ...	232
5.8.	Julgamento do repetitivo e inadmissibilidade dos recursos especiais .....	232
5.9.	Julgamento do repetitivo e retratação do tribunal ordinário .....	233

5.10.	Insubordinação do tribunal ordinário.....	233
5.11.	Definição do repetitivo e sorte dos demais recursos especiais no STJ.....	233
6.	RECLAMAÇÃO.....	235
6.1.	Considerações iniciais.....	235
6.2.	A reclamação em face de uma Corte Suprema.....	236
6.3.	Pressuposto da reclamação.....	237
6.4.	Reclamação para inibir a execução de acórdão divergente de precedente.....	238
6.5.	Reclamação diante de não retratação em face de precedente firmado em recurso repetitivo.....	239
6.6.	Reclamação diante da negação de suspensão dos recursos especiais e das execuções provisórias.....	239
7.	A AÇÃO RESCISÓRIA EM CASO DE DECISÃO QUE VIOLA “MANIFESTAMENTE NORMA JURÍDICA” (OU PRECEDENTE DO STJ).....	241
7.1.	Introdução.....	241
7.2.	Violação à literal disposição de lei como fenômeno típico do “formalismo interpretativo”.....	242
7.3.	Da inexistência de correspondência biunívoca entre disposição de lei e interpretação judicial.....	243
7.4.	O auxílio da teoria da “interpretação conforme”: a preservação do texto legal mediante a declaração de invalidade da interpretação ou da norma.....	245
7.5.	Crítica ao conceito teórico da rescindibilidade da decisão judicial que viola disposição de lei.....	247
7.6.	A função contemporânea do STJ e a rescindibilidade da decisão judicial que viola norma jurídica (art. 966, V, CPC/2015).....	248
7.7.	A importância dos §§ 5º e 6º do art. 966 para a confirmação do significado de “violação de norma jurídica”.....	250
7.8.	Ação rescisória fundada em precedente posterior à formação da coisa julgada?.....	250
8.	A QUESTÃO DOS EFEITOS TEMPORAIS DA REVOGAÇÃO DE PRECEDENTE.....	255
8.1.	Primeiras considerações.....	255

8.2. A limitação dos efeitos da decisão de inconstitucionalidade .....	256
8.3. A possibilidade de modulação dos efeitos retroativos da revogação de precedente está implícita no poder das Cortes Supremas .....	258
8.4. Critérios para a modulação dos efeitos temporais .....	260
8.5. Técnicas de regulação dos efeitos temporais .....	262
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	265
OBRAS DO AUTOR .....	277